

A UNIVERSIDADE
SÓ ILUMINARÁ QUANDO ARDER

Antero de Quental

(Preço avulso: 5\$00) N.º 748
ANO XXVII 18/10/1979

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Tel. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO
José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Tel. 6 25 36 LOULÉ

A Voz de Loulé

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA



SE O RIDÍCULO MATASSSE...

Madame Pintassilgo é um robusto e gorducho bluff. É um balão cheio de nada, projectado em ritmo de foguetório para a ribalta do nosso carnaval político. Atrás de si, num passado difuso e nebuloso, quase desconhecido para a maioria do Povo Português, trouxe uma bagagem cheia de rótulos de independência, catolicismo, semi-esquerdistas, pretenso humanismo, e uma mão cheia de folhas curriculares, que lhe atestam a engenharia, a diplomacia pelos corredores da Unesco, uma mal disfarçada simpatia pelo culto de

si mesmo. Como se isso tudo, que quase tudo espremido mais não é que o sumo da vulgaridade e da mediocridade é do que mais abunda por aí, que se tornou possível assistir aos espectáculos que Madame Pintassilgo, em tão pouco tempo arrendatária do poder, com um contrato de locação tão inicialmente limitado a cem dias, tem dado em Portugal e no estrangeiro.

*Um artigo de
JOSE MANUEL MENDES*

mercadoria política cá da terra, que, diga-se em abono da verdade, se tem mostrado nesse desempenho, bastante permisível.

E precisamente por isso, por-

que o sistema é permitível, porque a promoção da vulgaridade e da mediocridade é do que mais abunda por aí, que se tornou possível assistir aos espectáculos que Madame Pintassilgo, em tão pouco tempo arrendatária do poder, com um contrato de locação tão inicialmente limitado a cem dias, tem dado em Portugal e no estrangeiro.

Não, porque nos incomode mais, do que nos incomodou Vasco Gonçalves, Pinheiro de Azevedo ou Mário Soares, qual-

(continua na pág. 7)

Quarteira à vista

por
ANTÓNIO DE SOUSA PONTES

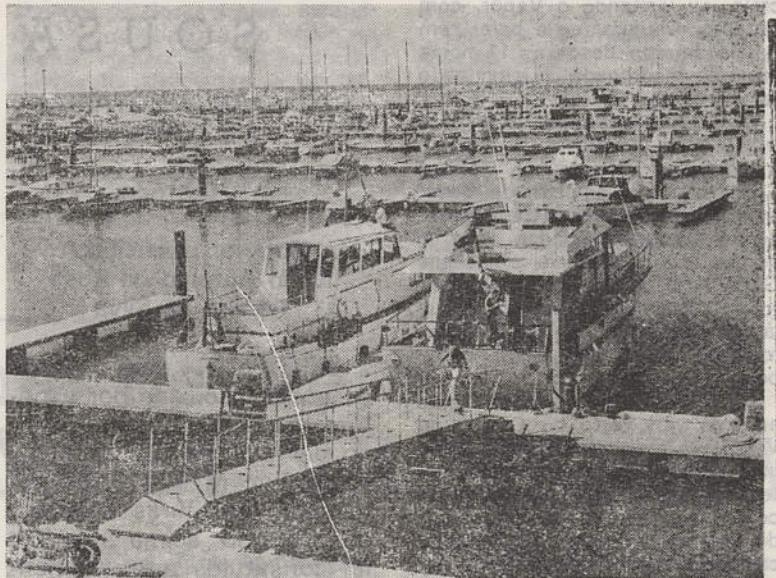
VILAMOURA é, hoje, uma realidade turística de categoria internacional. O que se encontra feito mostra bem a garra e o espírito criador dos que a conceberam.

Se os Estoios tiveram no Capital

e no Trabalho de Fausto de Figueiredo um realizador de grande classe, Vilamoura, pela mão do nortenho Cupertino de Miranda e seus colaboradores, ultrapassa-a de longe.

Fomos dos que nos primeiros anos da década de 1960 nos acercámos do Dr. Melo e Castro aqui em Lisboa na rua Tomaz Ribeiro,

(Continua na pág. 3)



A Marina de Vilamoura é já hoje um importante fulcro de desenvolvimento regional e um motivo turístico de elevado nível internacional.

«VOZ DE LOULÉ»
PROMOVE INQUÉRITO
AS CÂMARAS
MUNICIPAIS
— HABITAÇÃO!
(Última Página)

FARO
DE ARESTAS
QUEBRADAS
— LUIS PEREIRA
(Última Página)

INSÓLITO
ACONTECE
NO HOTEL D. FILIPA
(Última Página)

PARA A «VOZ DE LOULÉ» EM EXCLUSIVO

ENTREVISTA COM O DIRECTOR REGIONAL DE AGRICULTURA

Sector fundamental da nossa economia, a agricultura tem estado em foco na vida nacional, por todos os motivos que são do conhecimento público, em regra, motivos negativos, pelo que ressalta à evidência a existência de uma região, onde, contrariamente à regra, o Produto Agrícola Bruto tem crescido, onde a produção é excedentária para o consumo local, fornecendo largas áreas de

mercado nacional, e estendendo já os braços para a exportação, e que constitui muito justamente o nosso orgulho de algarvios, precisamente, quando tudo isso, se passa no Algarve.

Impunha-se, pois, ouvir as declarações abalizadas do Director Regional de Agricultura do Algarve, sr. Eng.º José Alberto Guerreiro Santos, o qual, acedeu a dar, em exclusivo para «A Voz

de Loulé», a entrevista que a seguir reproduzimos:

V. L. — Tivemos conhecimento de que o diploma planificador da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, foi recentemente publicado. Poderá esquematicamente indicar-nos a sua composição e a forma como os diferentes serviços se legalizam no Algarve?

G. S. — A organização e es-

(continua na pág. 3)

CAMPEONATO
DE VELA
NA MARINA
DE VILAMOURA

Organizado pelo CIMAV — Clube Internacional da Marina de Vilamoura e em colaboração com a Associação Portuguesa da Classe Internacional «470» realizou-se

(continua na pág. 3)



Ainda o caso de Montemor-o-Novo

FACTOS A NÃO ESQUECER

• PROVAS DA AGRESSAO
A GNR

A origem dos incidentes, para os jornais de esquerda, teria estado na oposição dos trabalhadores em entregar uma vacada que acompanhava o proprietário

da reserva, que reivindicava legitimamente uma outra vacada que possuía e que lhe fora roubada quando da ocupação da herdade. É o próprio «Diário» que afirma que os «agrários» que acompanhavam o proprietário

(continua na pág. 7)

CONCURSO FOTOGRAFICO
SOBRE CHAMINÉS ALGARVIAS
NA FASE DE VOTAÇÃO

(Ver última página)

AINDA NESTE
NÚMERO

- * O OUTONO
E A INCERTEZA
- * MUITO MAUZINHOS
A FAZER CONTAS
- * ACORDO DE PESCAS
COM MARROCOS
- * CARTAS
AO DIRECTOR
- * AGRICULTORES
REIVINDICAM

DEPUTADOS ELEITOS PELO PSD
NA HORA DE PRESTAR CONTAS

Nunca será demais salientar, aquilo que é de elementar justiça salientar-se: de todos os deputados que o Algarve elegeu em 1976, para o representar na

Assembleia da República, foram precisamente os dois eleitos pelo Partido Social Democrata (PSD), José Vitorino e Cristóvão Norte, quem, de longe, mais lutou, e mais defendeu os inter-

(continua na pág. 6)

DESTRUIR A CÂMARA SOCIALISTA

(...) É preciso destruir esta Câmara socialista. Ela não corresponde ao modo de pensar, sentir e viver das populações. É preciso destruí-la de uma vez para sempre nas próximas eleições para as autarquias locais.

Sabemos todos por experiência viva e vivida o que é o socialismo e aonde leva o socialismo. Sabemos todos do que são capazes os oportunistas. Sabemos o suficiente para compreender a

(continua na pág. 7)

QUARTEIRA À VISTA

(continuação da pág. 1) e ouvimos a exploração do que a Lusotur viria a empreender, de futuro.

Encanta, na verdade, vêr a Marina, com o seu centro comercial da Incaviz, as suas lojas de modas, a livraria Bertrand e as últimas novidades literárias e musicais, os seus bares, restaurantes e gelaterias; o seu cabeleireiro unisex (onde um corte de cabelo masculino custava, em 1978, cerca de 120\$00), os pequenos repuxos de água, água que escorre e canta e torna a passar mais longe, noutros pequenos lagos.

Onde, por cima do Centro Commercial atrás referido há habitações que lembram as da Idade Moderna, quando o rei D. Sebastião, o Desejado, visitou a Quinta de Quarteira, ao desembocar no Algarve, na preparação da expedição a Alcácer Quibir, e foi recebido principescamente pelos Barretos, seus proprietários, que lhe serviram a marmelada, tão doce, que fizeram aquele Rei citá-la nas suas memórias que o historiador algarvio, Dr. J. Alberto Iria tem estado a anotar. É um encanto, uma manhã passada na Marina, à vista dos numerosos iates de recreio, ou visitando o Vapôr, com os seus restaurantes e bares, em funcionamento desde as 11 horas até alta madrugada, já iluminado feéricamente.

Ou saindo de manhã num dos vários iates de pesca à linha, a motor, ou à veia, ou em visita à Costa algarvia, do lado de barlavento, toda rochosa e cheia de recontes e engratuidades, onde há grutas que suplantam a italiana Gruta Azul da ilha de Capri, perto de Nápoles e Sorrento, e que já era conhecida dos imperadores romanos Júlio César, Augusto, Tibério e outros.

Mas não é só a Marina que encanta vêr! Perto do Casino de Vilamoura acaba de ser inaugurada uma Piscina de características internacionais e outra para crianças com o seu parque de jogos, onde, em breve serão disputados campeonatos internacionais de natação.

Em frente do Casino e perto da mencionada Piscina, começou a construir-se o edifício para um supermercado comercial (o terceiro, de Vilamoura) e um Cinema. Adjacente já está em construção um edifício para uma grande fábrica de doçaria e pastelaria.

Falta, porém, neste centro comercial uma estação de serviço para automóveis, onde exista um dispositivo de lavagem automática, como os que se vêem nos Estados e Cascais.

Aliás, em Quarteira, onde já existiu, aquele dispositivo de lavagem automática desapareceu, para dar lugar a uma lavagem manual, morosa e insuficiente para os numerosos pedidos, pelo menos durante o Verão.

Além daquilo que aírás descrevemos, sobre Vilamoura, não podemos deixar de citar os seus maravilhosos campos de Golfe, os hoteis (do Golfe e D. Pedro), o futuro Holiday Inn, da Grão-Pará, em vias de acabamento, os aldeamentos vários, as suas maravilhosas Piscinas, convivitivas ao mergulho, de águas puras e desinfetadas periodicamente, para evitar qualquer doença contagiosa proveniente de eventuais poluição; o seu Casino que, embora provisório, apresenta bons artistas musicais e de canto, assim como de bailado (apenas com o senão da falta do rei dos instrumentos de orquestra que são os violinos).

Por tudo o que dissemos, não podemos esquecer a actuação do nortenho Cupertino de Miranda, que foi presidente do Conselho de Administração do Banco Português do Atlântico, e a cujo capital e acção dinamizadora se deve a concepção e a realização da Vilamoura e do seu complexo turístico, em 100 hectares e agropecuário, em 600 hectares.

E isto tudo na Quinta de Quarteira que pertence aos Reis de Portugal, desde 1266 até 1413, data em que o Rei D. João I a deu a Gonçalo Nunes Barreto, por escambo com a sua vila de Sernache, perto de Coimbra, para o acompanhar e aos seus familiares na conquista de Ceuta, em 1415.

E deste Barreto descendeu o Duque de Loulé e seu filho e neto (os Condes de Azambuja) que, em 1925, venderam a Quinta de Quarteira ao industrial algarvio Júdice Fialho, cujos netos a venderam à Lusotur, ou seja a Cupertino de Miranda, no fim da década de 1960.

António de Sousa Pontes

SOUZA & ALMEIDA, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º Cartório

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de 27 de Setembro findo, lavrada de fls. 26 a 27, v. do livro n.º A-110, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Laurentino Fernando Sousa de Almeida e Maria Alice de Jesus Sousa de Almeida, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º Cartório

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de 27 de Setembro findo, lavrada de fls. 26 a 27, v. do livro n.º A-110, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Laurentino Fernando Sousa de Almeida e Maria Alice de Jesus Sousa de Almeida, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — 1. A sociedade adopta a firma de «Sousa & Almeida, Limitada», tem a sua sede na povoação e freguesia de Almansil, concelho de Loulé, e durará por tempo indeterminado a partir de hoje;

2. Por deliberação da Assembleia Geral poderá a sociedade estabelecer sucursais ou qualquer outra forma de representação social, em qualquer parte do território nacional e, bem assim, mudar a sua sede social, para qualquer parte do mesmo território.

Segundo — O seu objecto consiste no exercício da indústria e comércio de restaurante, café, bar e no de todas as actividades relacionadas com a indústria hoteleira, podendo ainda a sociedade explorar qualquer outro ramo de negócio, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

Terceiro — O capital social inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é do montante de duzentos e cinquenta mil escudos e está dividido em duas quotas iguais de cento e vinte e cinco mil escudos, pertencendo uma a cada sócio.

Quarto — A cessão de quotas, no todo ou em parte, é livre, entre os sócios; a estranhos fica dependente de prévio e expresso consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e a cada um dos sócios, em segundo.

Quinto — 1. A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertence a todos os sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

2. Qualquer sócio gerente poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de ge-

TEIXEIRA & LOUREIRO, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º Cartório

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de hoje, lavrada de fls. 42 a 43, v. do livro n.º A-110, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Aveino Rocha Teixeira e Zulmíro Ribeiro Loureiro, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos seguintes artigos:

Primeiro — A sociedade adopta a firma de «Teixeira & Loureiro, Limitada», tem a sua sede no sítio de Selões, freguesia de São Sebastião, concelho de Loulé e durará

por tempo indeterminado, a partir de hoje.

Segundo — O seu objecto consiste no exercício da indústria similar à hoteleira, designadamente na exploração de snack-bars e restaurantes, podendo ainda explorar qualquer outro ramo de negócio, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

Terceiro — O capital social inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é do montante de seiscentos mil escudos, e está dividido em duas quotas iguais de trezentos mil escudos, pertencendo uma a cada sócio.

Quarto — A cessão e divisão de quotas, entre os sócios, é livre; a estranhos fica dependente de prévio e expresso consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e a cada um dos sócios, em segundo.

Quinto — 1. A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertence a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

2. Qualquer dos sócios gerentes poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência por meio de procuração, em quem entender.

3. Para obrigar validamente a sociedade, são necessárias as assinaturas de dois sócios gerentes, ou seus procuradores, podendo, no entanto, os actos de mero expediente ser assinados por qualquer sócio gerente ou seu procurador.

4. Fica vedado aos gerentes ou seus procuradores, obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

Sexto — Quando a lei não exigir outras formalidades, a convocação das Assembleias Gerais, far-se-á por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com oito dias de antecedência, pelo menos.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 4 de Outubro de 1979.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

LOULÉ



JOAQUIM CAVACO

AGRADECIMENTO

Sua família, desejando evitá-la qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas e ilegibilidade de assinaturas de todas as pessoas que, de qualquer forma compartilharam da sua dor, vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a quantos se interessaram pelo estado de saúde do saudoso extinto durante a doença que o vitimou e bem a todos aqueles que o acompanharam à sua última morada.

Carrinha, de caixa aberta, marca Peugeot 403, a gasolina. Em bom estado.

Tratar com António Coelho — Vale d'Éguas — Almancil. (1-1)

EMPREGADO DE ARMAZÉM

Precisa-se, de preferência com carta de condução.

Tratar: Telefone 62515 — LOULÉ.

TRESPASSA-SE

Mini Mercado da Pontinha, situado na Rua Frei Joaquim de Loulé, n.º 70 — Loulé.

Boa clientela. Tratar pelo telef. 62828 — LOULÉ.

(3-2)

PRECISA-SE

Vendedor de malhas e confecções para a zona do Algarve.

Resposta ao n.º 56.

(6-4)

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

VENDE-SE

Entrevista com o Director Regional de Agricultura

(continuação da pág. 1) A estruturação de serviços previstos para a Direcção Regional de Agricultura do Algarve é a que se encontra definida no Decreto-Regulamentar 6-A/79 de 24 de Março, Lei Orgânica dos Serviços Regionais de Agricultura do MAP, o qual formaliza e dá corpo à orientação então traçada para estes serviços no Decreto-Lei 221/77, de 28 de Maio — Lei Orgânica do Ministério da Agricultura e Pescas.

A Lei Orgânica do MAP aponta como seus dois objectivos prioritários a regionalização e a implantação dos Serviços de Extensão Rural, sendo estas as principais metas a alcançar num prazo de três a cinco anos pela organização e implantação dos Serviços de Extensão Rural, sendo estas as principais metas a alcançar num prazo de três a cinco anos pela organização em curso dos Serviços.

No que respeita aos órgãos colegiais importa sobretudo fazer referência ao Conselho Técnico Regional, que apoiará a Direcção na orientação e condução dos Serviços e ao Conselho Regional de Agricultura no qual tomarão assento os representantes dos agricultores ao qual competirá dar parecer e acompanhar os planos anuais de trabalho da Direcção Regional.

Estes dois órgãos serão implementados ainda no corrente ano e logo que as condições de instalações e de funcionamento dos serviços lo permitam.

A distribuição dos Serviços da Região é a que de forma sucinta se apresenta no mapa seguinte: — Distribuição Futura dos Serviços pela Região.

Nesta data estão em fase de implantação os Serviços locais da Sub-Região Barlavento, incluindo nestas dez equipes de extensão rural, prevendo-se arrancar com a Zona Agrária de Loulé e parte da de Tavira em 1980.

CRIAÇÃO URGENTE DE UM ÓRGÃO DE PLANEAMENTO NO ALGARVE

V. L. — Considera que esta nova organização de serviços regionais do M. A. P. no Algarve poderá acionar mais rapidamente as respostas oficiais necessárias para o desenvolvimento da Província?

G. S. — O modelo de organização previsto, cuja implementação obrigará necessariamente a algumas correções que a prática dirá, pensa-se que responderá de forma cabal ao desenvolvimento global do sector e à melhoria das condições de vida de todos os que nele trabalham. Este o objectivo final a atingir, não sendo a nova orgânica dos serviços mais do que um veículo para aquele fim.

No entanto se o objectivo final a prosseguir é claro, nem todos os meios estão no MAP, antes pelo contrário, pelo que a regionalização de outros serviços centrais se torna imperiosa, sob pena de isolamento em que nos encontramos ainda e a conjugação de trabalhos e acções que é necessária com outros serviços e sectores se venha a processar de forma desarticulada.

No entanto mais importante ainda do que a regionalização de

outros serviços centrais, é a criação urgente de um órgão ou serviço de planeamento da região do Algarve com funções bem definidas de planeamento, coordenação e acompanhamento das acções dos diferentes serviços e entidades públicas, mas sem lhe caber qualquer parcela executiva.

CRESCIMENTO DO PRODUTO AGRÍCOLA DO ALGARVE

V. L. — Quais os projectos previstos a médio prazo suscetíveis de dinamizarem um sector que, salvo raras exceções, se tem apresentado estacionário. Concretamente e tendo em atenção o Algarve silvo-pastoril, o Algarve frutícola, o Algarve hortícola existem ou não projectos destinados ao desenvolvimento destes sectores?

G. S. — Se há Zonas do País aonde nos últimos anos se tem assistido ao crescimento do Produto Agrícola do Algarve é sem dúvida uma delas, ainda que o mesmo se não venha processando de forma harmónica em toda a região, ou para as diferentes actividades agrícolas que aqui são praticadas.

No que diz respeito a projectos em fase de arranque gostaria de referir em primeiro lugar pela sua importância o «projeto de rega do Algarve» o qual prevê a longo prazo transformar de sequer em regadio uma área da ordem dos trinta e cinco mil hectares, garantir o fornecimento de água a vastas áreas que hoje são irrigadas por águas subterrâneas e permitir o correcto abastecimento urbano e industrial.

Este projeto, cujos estudos por parte da Direcção-Geral dos Recursos Hídricos e Apoio-a-Produção Hidráulicos se encontram avançados é quanto a nós o pilar fundamental do desenvolvimento regional e pelo qual se devem bater com energia as forças vivas e actantes da região.

As possibilidades de apoio técnico e financeiro externo para este projeto estão abertas, resta sobretudo equacioná-lo e elaborar um conjunto de projectos e sub-projectos e posteriormente entrar na sua execução.

No que a este aspecto diz respeito tem-se desenvolvido todos os esforços no sentido de criar uma equipa de projectos mista MAP-MHOP que arrancará, pensamos ainda este ano.

Quanto à silvo-pastorícia está a D. R. de Agricultura do Algarve instalando há um ano uma unidade piloto na Serra, cujos resultados virão a ser conhecidos dentro de 3/4 anos, e por outro lado vêm desenvolvendo esforços através das vias competentes para obter o apoio técnico do Governo Francês para os estudos de protecção e desenvolvimento da Serra.

Ao mesmo tempo está em curso um projecto de pequenas barragens que impõe incentivar na Serra Algarvia, projecto esse que contempla assistência técnica e financeira.

Quanto à fruticultura desenvolvem-se esforços muito especialmente no domínio da citricultura para a testagem e difusão de plantas isentas e tolerantes a certas viroses, muito especialmente no que respeita ao problema da tristeza. Os trabalhos que se vêm desenvolvendo abrangem também

a produção de plantas por entidades privadas nas condições referidas.

Estudam-se e ensaiam-se entre tanto novas alternativas culturais, nomeadamente o maracujá e o abacate enquanto se ensaiam a amendoaria na beira serra. Por último apoiam-se acções conducentes a melhorar as condições de produção e de transformação da alfarrabeira em ligação com outras entidades, ao mesmo tempo que se vê afigurar como uma espécie a reconverter para o consumo em fresco e com enormes possibilidades de exportação.

A horticultura, nomeadamente a protegida tem sido uma das actividades que maior incremento registou nos últimos anos no Algarve, tanto assim que este ano os serviços se regeram pelo seu signo. Assim:

— Decorrem negociações para instalar, com o apoio técnico e financeiro do Governo da República Federal Alemã, um Centro de Demonstração e Adaptação de Horticultura Protegida, junto de Faro — Patação nas novas instalações dos Serviços;

— Deu-se apoio decisivo às 1.ª Jornadas Luso-Espanholas de Horticultura Protegida;

— Iniciaram-se dois cursos — Faro e Algoz de Formação Profissional de Horticultores;

— Apoiou-se financeira e tecnicamente a deslocação de um grupo de horticultores do Algarve a Espanha — Almeria, principal zona de horticultura protegida daquele país;

— Efectuaram-se vários ensaios de práticas de técnicas culturais e de adaptação de variedades.

No entanto a resposta à orientação do crescimento e desenvolvi-

vimento deste sector virão em parte do projecto luso-alemão já referido, das possibilidades de exportação conjugadas com o crescimento ou estagnação do mercado interno e sobretudo da vontade e capacidade própria e conjugada dos agricultores.

Desenvolvem-se entretanto esforços no sentido de melhorar e equilibrar a oferta e a procura destes produtos.

O MAP SÓ SE JUSTIFICA PORQUE HA AGRICULTURA E AGRICULTORES

V. L. — Em agricultura o investimento é permanentemente necessário. Poderá o sr. Engenheiro dar-nos algumas informações sobre tão momento só problema já que o «dinheiro» está cada vez mais difícil e caro?

G. S. — O crédito agrícola rápido, eficaz, em condições de prazos e juros ajustados às condições reais do projecto ou actividade e devidamente acompanhado, constitui um dos mais poderosos, se não o maior, veículo de crescimento e desenvolvimento do sector agrícola.

Aproveitaria esta introdução para introduzir um ponto de reflexão que me parece ainda por vezes arredado do espírito dos serviços e dos poderes instituídos — os serviços do MAP no sector agrícola só se justificam porque há agricultura e agricultores. De forma alguma eles podem autojustificar a sua existência.

O mesmo sucede no Crédito em geral e muito especialmente no Crédito Agrícola — é um meio e como tal não tem justificação por si próprio. Existe da mesma for-

ma porque há actividade agrícola e uma parte dos seus praticantes interessados em desenvolvê-la.

Voltando ao tema proposto «dinheiro caro», afirmo que há actividades e projectos que o suportam. No entanto tão importante como a «taxa» são os prazos, a rapidez da sua disponibilidade num período dominado por uma alta taxa de inflação, os preços e (especialmente os de intervenção) e as formas de comercialização de produtos e factores.

Dois aspectos gostaria de realçar:

— Compete aos agricultores organizarem-se e a crescente influência das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo no Algarve são disso prova cabal para imporem e eventualmente terem o seu próprio crédito.

— Há que provar e sensibilizar o sector financeiro que certas Zonas do País, actividades delas decorrentes e determinadas áreas de organização dos agricultores que devem dispor de linhas de Crédito especiais com taxa de juro muito baixa e períodos dilatados de amortização.

Doutro forma as assimetrias inter-regionais vão-se alargando e a descentificação vai-se acentuando.

Gostaria para acabar, de frisar que no caso do Algarve, o Litoral e o Barrocal deverão «pagar» à Serra aquilo que ela lhes dá e pode vir a dar no futuro — a protecção dos ventos e frios do norte e os recursos hídricos indispensáveis ao seu desenvolvimento. Penso que este exemplo clarifica as afirmações aíradas produzidas.

Campeonato de Vela na MARINA DE VILAMOURA

(continuação da pág. 1)

o VI Campeonato aberto de Portugal da Classe Internacional «470».

As provas decorreram ao largo da Marina de Vilamoura nos dias 5, 6 e 7 do corrente, disputando-se 2 Regatas em cada um dos dias.

Os barcos da Classe «470» têm uma vocação muito especial para Regatas quer pelo seu «Design» quer pelo seu sofisticado equipamento tendo participado pela primeira vez nos Jogos Olímpicos de 1976.

Em 1978 o Campeonato Europeu desta Classe realizou-se com assinalável sucesso em Cascais.

Um elevado número de velejadores desta Classe, que é considerada de alta competição, estão a fazer uma aturada preparação com vista à representação de Portugal nos próximos Jogos Olímpicos tendo os treinos no Inverno de 1978/79 tido lugar ao largo da Marina de Vilamoura e durante o último Verão em Cascais. De notar que parte desta preparação foi feita com a orientação de um famoso treinador e estratega estrangeiro.

Em futuras épocas prevê-se a

realização de outras competições a nível Europeu e Internacional também ao largo da Marina de Vilamoura.

Em competição com os melhores velejadores portugueses, participaram algarvios de Faro, Tavira, Lagos e Loulé.

Os nossos conterrâneos tiveram um brilhante comportamento ao alcançarem um honroso 9.º lugar em confronto com 25 dos mais experimentados velejadores de classe de barcos em que participaram pela 1.ª vez.

Basta dizer que a equipa de louletanos se lançou decididamente nos barcos «470» sem que antes tivesse seguido o «trítico» normal das classes que a antecederam ou sejam Laser, Vaniram, Snipe, 420 e Moth.

Os jovens a que nos referimos são o José Carlos Coelho Neto, de 15 anos, filho do sr. José Vitoria Neto e o Leopoldino Gomes Murta, de 17 anos, filho do sr. Fernando de Sousa Murta.

As regatas despertaram grande entusiasmo e até emoção entre os adeptos da modalidade, pois o tempo esteve mau, (especialmente no sábado, com ondas de 2 metros, o máximo normal na costa algarvia) com chuva e vento forte, o que aliás contribuiu para as altas velocidades atingidas e também para que alguns barcos se voltassem.

Estes inconvenientes foram prontamente anulados pela pronta intervenção do pessoal da Marina, com a preciosas colaboração da lancha de fiscalização «Andorinha», que a Marinha de Guerra fez deslocar para o local das regatas para apoio e assistência dos velejadores.

Os primeiros lugares foram alcançados por velejadores de Cascais e Lisboa e dada a sua extensão da lista apenas publicaremos os nomes dos 2 primeiros, que foram os seguintes:

1.º REGATA — 1.º Francisco Lufinha/Francisco Mourão da Associação Naval de Lisboa; 2.º, Duar-

te Bello/José Vozone do Clube Naval de Cascais.

2.º REGATA — 1.º, Francisco Lufinha/Francisco Mourão da Associação Naval de Lisboa; 2.º, Miguel Guimarães/Tiago Marques do Clube Naval de Cascais.

3.º REGATA — 1.º, Duarte Bello/José Vozone do Clube Naval de Cascais; 2.º, Francisco Lufinha/Francisco Mourão da Associação Naval de Lisboa.

4.º REGATA — 1.º, Francisco Lufinha/Francisco Mourão da Associação Naval de Lisboa; 2.º, Duarte Bello/José Vozone do Clube Naval de Cascais.

5.º REGATA — 1.º, Francisco Lufinha/Francisco Mourão da Associação Naval de Lisboa; 2.º, Miguel Magalhães/Tiago Marques do Clube Naval de Cascais.

6.º REGATA — 1.º, Duarte Bello/José Vozone do Clube Naval de Cascais; 2.º, Mário Matos Rosa/Carlos Neves do Clube Naval de Cascais.

CLASSIFICAÇÃO GERAL:

1.º — Francisco Lufinha / Francisco Mourão — A. N. L.

2.º — Duarte Bello / José Vozone — C. N. C.

3.º — Miguel Magalhães / Tiago Marques — C. N. C.

4.º — João Cascais / Bernardo Gonçalves — C. N. C.

No domingo, dia 8 o CIMAV promoveu uma pequena festa de confraternização, para entrega das 6 taças, oferecidas pela Lusotur, Casino de Vilamoura e CIMAV e também várias medalhas para os classificados seguintes.

TORNEIO DE S. MARTINHO

No prosseguimento das suas actividades, o CIMAV vai promover no dia 1, 2, 3 e 4, de Novembro, a sua última regata de 1979, com a denominação: Torneio de S. Martinho.

Espera-se grande adesão dos melhores velejadores de todo o país, das classes Finn, Windsurf, Optimist e 470.

HABILITAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º Cartório

Notário: Licenciado
Nuno António da Rosa
Pereira da Silva

Certifico, nos termos do art.º 97.º do Código do Notariado, que, por escritura de 2 de mês corrente, lavrada de fls. 32, a 33, v. do livro n.

A-110, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi declarado que por óbito de Adozinda da Piedade Guerreiro, ocorrido no dia 20 de Janeiro do ano corrente, na povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, onde habitualmente residia, natural da mesma freguesia de Quarteira, no estado de divorciada, foi habilitada como sua única herdeira, sua filha, Maria da Glória

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

Os portugueses têm que decidir em que tipo de sociedade pretendem viver

A opção — verdadeiro dilema da nossa Sociedade — esclarecer-se-á pelo acto eleitoral no próximo dia 2 de Dezembro.

Perante o actual contexto político, temos duas forças, que, pela importância e ideários, se localizam no futuro da questão, corporizando uma, a Aliança Democrática as forças políticas partidárias não marxistas e outra, a Aliança Povo Unido as forças político-partidárias marxistas-leninistas.

Aliança Democrática (AD), que engloba as forças democráticas dos partidos políticos C.D.S., P.S.D., P.P.M. e os do Manifesto dos Reformadores, simboliza e materializa as aspirações ao tipo de Sociedade livre, vinculada aos valores de direito, tanto do Homem como do Estado, pelo que não marxista, fundamentada em ideologias e conceitos profundamente humanos e cristãos.

A Aliança Povo Unido (A.P.U.) engloba as forças do Partido Político Comunista (P.C.) e o seu satélite M.D.P./C.D.E., materializando as aspirações ao tipo de Sociedade Estatal Marxista-Leninista ou seja dogmático-autoritário, com todas consequências nas relações Homem e Estado, bem conhecidas e que dispensam mais comentários.

Têm os eleitores uma outra força político-partidária o P.S., liderado pelo Dr. Mário Soares, que isolado, pretende dar uma imagem ao seu eleitorado, de uma força política não comprometida com o tipo de Sociedade oferecida pela A.D., nem com o tipo marxista oferecido pela A.P.U.

Tem assim o eleitor, oportunidade de opção bem definida pela A.D. e pela A.P.U. e mal definida, por ainda ambígua, pelo (P.S.) Partido Socialista-Marxista.

O P.S. rolando em declive pronunciado, chegou quase ao fim, em vésperas de eleições, entalado entre as duas determinantes forças políticas, a A.D. toda poderosa e devidamente determinada a vencer, oferecendo aos eleitores uma amplitude política e social vasta, com um projecto rectilíneo consolidado

entre os seus primeiros membros, acrescido da força politico-social do projecto dos *maiores*, embora conduzido as negociações havidas entre os seus representantes e os líderes do P.S.D., encabeçados pelo inaugure Dr. Sa Carneiro, que com o Dr. Freitas do Amaral, ambos brilhantes, se estão a revelar as peças fundamentais a desobstruir da crise política, essencial a continuação e consolidação da vida democrática em Portugal e, a A.P.U. menos poderosa, que com o seu projecto marxista-leninista em evolução histórica para o tipo euro-comunista, experimentado em países da Europa Ocidental, tal como a Itália, França, de resultados patentes, não deixando por tal de provocar tensões e convulsões políticas, económicas e sociais, que embora utilizando métodos mais moderados, mantém os objectivos fundamentais.

O P.S., como não podia deixar de ser, em face das suas táticas e estratégias, tipo paralelas em relação às do P.C. orientadas na via marxista, ofereceu ao seu ex-eleitorado uma imagem deturpada da inicial proposta em 1976, aquando das primeiras eleições legislativas, em que se apresentou como o partido político capaz de fazer frente ao papão P.C., oferecendo por tal uma alternativa válida e eficaz à expansão das ideologias marxistas-leninistas em Portugal. Tal não aconteceu posteriormente, ao assumir o P.S. a charneira política.

O P.S. entrando nos acordos sob compromissos ou seja anuindo ao jogo do P.C., acabou por desfazer a imagem de esperança inicial, anti-comunista, indo consecutivamente ao encontro dos desejos do seu par, que possuído de mais experiência e melhor apetrechado o foi dominando, ao ponto de o submeter, encarregando nos fatídicos designios do P.C..

O P.S. actual, com uma força política mais débil, longe das aspirações e da posição alcançada, que o guindou à situação de partido de charneira política, terá desfeito os sonhos dobrados dos seus correligionários não marxistas.

O P.S. ao enveredar pela via marxista, não teve a audácia e a subtileza de se furtar, na correlação de forças com o P.C. durante os compromissos assumidos e empreendidos na longa caminhada de 1976 até ao presente, ao poder exercido pelo P.C., que se impôs dominando-o, produto dumha eficiente estruturação e organização partidária, que não admite controvérsias.

Segundo parece, como alternativa, resta ao P.S. na sua estratégia política pré-eleitoral, atacar as duas frentes a A.D. e a A.P.U., aliás pouco convincente e, saudosista e ufamamente vangloriar-se, invocando os seus feitos e propósitos passados em 1976, que não passaram de inconsoláveis miragens, por não concretizáveis.

Teremos após as eleições de 2 de Dezembro, denominadas intercalares legislativas de suma importância na clarificação do dilema, que da opção surgir, em quaisquer dos casos, um Partido Socialista, que da posição de charneira no quadrante político, possivelmente passará à de satélite, a gravitar na órbita marxista-leninista, incarnada pela A.P.U., focada na zona nuclear marxista.

Na qualidade de eleitores, têm todos os cidadãos a obrigação e o dever imprescindível de consciente e inteligentemente acorrerem ao acto eleitoral, sendo nesta altura em que se de-

parará à Sociedade Portuguesa uma das maiores crises de sempre, crime de lesa Pátria para todo e qualquer cidadão eleitor, abster-se de votar.

Os conscientes democratas e patriotas portugueses acorrem sempre, em épocas transactas à chamada, em idênticas situações de perigo da Soberania Nacional, não se furtando a esforços e mesmo a grandes sacrifícios, perante as exigências da sua Pátria ameaçada e, desta vez também, não faltarão a assinalar o seu *dever cívico*, traçado pela utilidade do seu voto, em face do crucial momento em que se vive.

Filipe Viegas



Dr. D. Maria Valentina Garcia Pereira

Seguiu recentemente para a República da Guiné-Bissau, onde foi reger um Curso de Linguística para Professores e correspondendo a um convite que lhe foi feito pelo Departamento de Cultura daquela noiosa ex-província ultramarina, a nossa conterrânea sr.º Dr. D. Maria Valentina Garcia Ferreira, distinta professora assistente da Faculdade de Letras de Lisboa e esposa do também nosso estimado conterrâneo e dedicado assinante, sr. Dr. José Ricardo de Sousa Ferreira, residente em Lisboa.

Desejamos-lhe um bom sucesso na sua missão.

LOULÉ



MANUEL EUSEBIO MENDES (MINISTRO)

AGRADECIMENTO

Sua família, desejando evitar qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas e ilegibilidade de assinaturas de todas as pessoas que, de qualquer forma, compartilharam na sua dor, vem tornar público o seu agradecimento a quantos se interessaram pelo estado de saúde da saudosa extinta durante a doença que a vitimou e bem assim a todos aqueles que a acompanharam à sua última morada.

Para todos, o penhor da nossa gratidão.



JOSÉ RAMOS DO ADRO

AGRADECIMENTO

Sua família, desejando evitar qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas e ilegibilidade de assinaturas de todas as pessoas que, de qualquer forma, compartilharam na sua dor, vem tornar público o seu agradecimento a quantos se interessaram pelo estado de saúde da saudosa extinta durante a doença que a vitimou e bem assim a todos aqueles que a acompanharam à sua última morada.

Para todos, o penhor da nossa gratidão.

NOTÍCIAS PESSOAIS

BODAS DE OURO

No passado dia 30 de Setembro celebraram as suas Bodas de Ouro, o nosso dedicado assinante e prezado amigo, sr. prof. Aníbal Dias da Silva e sua esposa, sr.ª D. Alice Rosa Jancinto da Silva.

O feliz acontecimento coincidiu com o baptizado de sua primeira bisneta, Patricia Isabel Rodrigues Júlio, filha da sr.ª D. Maria de Fátima da Silva Rodrigues Júlio, professora de Educação Física e do sr. Eng. Patrício Penedo Rodrigues Júlio.

Para festejar estas ocorrências, foi servido em casa de uma das suas filhas em Lisboa, um almoço e, em Queluz, na residência de seus netos, um animado «copo de águas», onde se reuniram muitos membros da família.

PARTIDAS E CHEGADAS

Em digressão turística, deslocou-se à formosa Ilha da Madeira o nosso amigo e dedicado assinante, sr. João Correia Anastácio, que se fez acompanhar de sua esposa sr.ª D. Maria das Dores Anastácio.

Igualmente em viagem de férias, passaram alguns dias na Pérola do Atlântico, o nosso estimado amigo sr. José Guerreiro Martins Ramos e sua esposa sr.ª D. Maria da Soledade M. Ramos.

Em digressão turística deslocou-se ao Brasil o nosso prezado amigo e assinante em Alte, sr. Plácido Vieira.

De visita a seus familiares e amigos encontra-se entre nós o nosso dedicado assinante na África do Sul, o sr. Eugénio Martins Jorge.

VISITANTES ILUSTRES

O Algarve continua a ser a estância de verão preferida por altas individualidades do mundo da política e das finanças, tanto nacionais como estrangeiros.

Ainda há dias se instalaram no Hotel D. Filipa, durante 7 dias (que consideraram maravilhosos) o conhecido político inglês Mr. D. Tatchen (marido do Primeiro Ministro Britânico) e também o proprietário do importante jornal londrino «Daily Telegraph», que é membro do Parlamento Mr. W. Deeds.

FALECIMENTOS

Com a idade de 73 anos, faleceu há dias em Loulé, a sr.ª D. Júlia Maria Mendes Esteves, viúva do sr. José Esteves e mãe da nossa dedicada assinante, sr.ª D. Eliabete Esteves, enfermeira no Hospital de Loulé.

Faleceu há dias em Loulé, o nosso conterrâneo sr. Joaquim Pires dos Santos, que contava 57 anos de idade, e deixou viúva a sr.ª D. Lídia Apolo Lopes.

O saudoso extinto era pai da sr.ª D. Maria Isabel Lopes dos Santos Gomes, prof.ª primária em Loulé, casada com o nosso prezado amigo e dedicado colaborador sr. João Manuel dos Santos Gomes, chefe da Secretaria da Unicer, e da sr.ª D. Maria Margarida Lopes dos Santos Lopes, empregada de escritório, casada com o sr. Paulo José Lopes, prof.º do ensino secundário, e avô dos meninos João Pedro, Rui Pedro e da menina Maria Lúcia.

Faleceu em Loulé, no passado dia 25 de Setembro, o sr. Joaquim Cavaco, que contava 69 anos de idade e deixou viúva a sr.ª D. Gracinda Guerreiro Matos Lima.

O saudoso extinto era pai do sr. Jaime Guerreiro Cavaco, casado com a sr.ª D. Maria Martins da Silva Vida Errada Cavaco, residentes em Lisboa, e avô

do menino Paulo José da Silva Guerreiro Cavaco.

Vítima de doença de que há tempo sofria, faleceu no passado dia 19, no sítio de São Romão, arredores de São Brás de Alportel, a nossa conterrânea sr.ª D. Júlia Rocha Mendonça Passos de Carvalho, viúva do Dr. José Passos de Carvalho, que foi professor no Liceu de Faro.

A saudosa extinta, que contava 72 anos de idade, era mãe da poetisa sr.ª D. Júlia Margarida Mendonça Passos de Carvalho e dos srs. Engenheiro-Agrônomo José Passos de Carvalho, casado com a sr.ª Dr.ª D. Maria Umbelina de Almeida Montalvão Machado Passos de Carvalho, residentes em Oeiras, e Miguel Mendonça Passos de Carvalho.

As famílias enlutadas enviam «A Voz de Loulé» condolências.

ACTIVIDADE

da Delegação de Faro da D. G. Desportos

FUTEBOL — Realizou-se nos dias 5 a 7, em Faro, um Curso de Reciclagem de Animadores, que contou com a presença de 30 participantes dos distritos de Portalegre, Santarém, Setúbal, Évora, Beja e Faro. Este curso teve como prelectores os professores Rui Silva, Vital de Melo e Eduardo Tenazinha e ainda do Coordenador Nacional, Fernando Delgado.

GINASTICA — Decorreu no dia 5, no Pavilhão Gimnodesportivo da Casa do Povo de S. Bartolomeu de Messines, «um saraú-demonstração» de ginástica desportiva que contou com a presença de 18 ginastas dos núcleos de Faro e Olhão e do Sporting Clube Farense e do Clube Desportivo «Os Olhanenses». Esta movimentação engloba-se num conjunto de medidas tendentes à implantação da modalidade naquela localidade.

REMO — Realizou-se no dia 5, em Alcácer do Sal, um conjunto de provas de Remo em que participaram tripulações da CUF, Ferroviário, Pupilos do Exército e das Escolas da DGD de Olhão, Portimão, Alcácer do Sal, Seixal e Barreiro. A representação desta Delegação esteve a cargo de tripulações das Escolas de Olhão e Portimão, que participaram em Yolle de 4 e obtiveram o 2.º e 6.º lugares, respectivamente.

Actividades a realizar:

BASQUETEBOL — A Delegação de Faro realiza três acções técnico-pedagógicas nos próximos dias 20 e 27 de Outubro e 3 de Novembro, no período compreendido entre as 14,30 e as 18 horas: o programa das sessões é o seguinte:

Dia 20 — A essência do Basquetebol na óptica do seu inventor e os elementos psico-somáticos mais importantes que fundamentam a contextura do jogo.

Dia 27 — Análise e avaliação dos movimentos fundamentais, com e sem bola.

Dia 3 — Alguns aspectos de metodologia do treino, considerações em subordinação da essência do basquetebol à execução dos fundamentos e à integração destes no desenvolvimento das funções colectivas.

O número máximo de participantes é de 20 e as inscrições deverão ser feitas entre as 10 e as 12,30 e as 15 e as 17,30 horas, nesta Delegação.

A MANIPULAÇÃO informativa dos comunistas

Aquando dos acontecimentos de Montemor-o-Novo, sobejamente relatados na Comunicação Social, os comunistas cedo se mostraram letos a fazer a sua propaganda, procurando mascarar as suas responsabilidades directas, e transferi-las para o Alentejo, como o prova, a título de exemplo, o panfleto (com a sigla da Intersindical) distribuído pelas estradas do Alentejo, e que a seguir transcrevemos:

«A UNIÃO DOS SINDICATOS DE VISEU E OS ACONTECIMENTOS DE MONTEMOR-O-NOVO

Denunciando o clima de repressão e de violência que desde a tomada de posse do IV Governo se abateu na zona da Reforma Agrária, repressão que não terminou com a tomada de posse deste Governo, apesar de ter feito promessas de apaziguamento social, nomeadamente no Alentejo, repressão que culminou ontem dia 27 de Setembro em actos de violência trágica com o assassinato de dois trabalhadores e ferimentos em vários outros da U.C.P. Benito Gonçalves, no concelho de Montemor-o-Novo pelas forças da G.N.R.;

Denunciamos as ambiguidades e hesitações do Governo, particularmente nos domínios da Reforma Agrária e Comunicação Social, na não correção das ilegalidades cometidas pelo Governo Mota Pinto e que põem em causa os compromissos assumidos no sentido de promoverem uma política de diálogo e pacificação;

Denunciamos, ainda, as notícias transmitidas pela R.T.P. às 20 horas por tendenciosas, em virtude de darem uma imagem deturpada dos acontecimentos, pois que só a G.N.R. estava armada, como bem o documentam os polyclínicos de Montemor-o-Novo nos telegramas enviados aos órgãos de Poder.

Responsabilizamos a famigerada Lei Barreto e todos aqueles que ainda a apoiam, de lançarem a violência nos campos do Alentejo.

Exigimos que o Governo tome sem hesitações medidas energicas no sentido de terminar com as ilegalidades e corrupções existentes no MAP, pôr fim à entrega de reservas, retirar a G.N.R. do Alentejo e punir de forma exemplar os responsáveis por estes assassinatos.

Pela Defesa da Democracia.
Pela Defesa dos Ideais de Abril.

União dos Sindicatos de Viseu

— / —

É incrível o poder de distorção, mentira e manipulação, de que dispõem os comunistas, para se aproveitarem politicamente de factos por eles próprios causados, e transformando as vítimas em réus. Calculem!, que os comunistas, aqui escondidos sob a sigla de União dos Sindicatos de Viseu, «denunciam o clima de repressão e de violência que desde a tomada de posse do IV Governo se abateu na zona da Reforma Agrária».

Eles, comunistas, que foram os grandes instauradores da repressão e da violência no Alentejo, não só desde o Governo de Mota Pinto, mas principalmente desde o 25 de Abril de 1974. Nem o Governo de Maria de Lurdes Pintassilgo já lhes escapa das ventas furibundas. Chamam «ilegalidades» ao cumprimento da lei. Denunciam a RTP por dar uma imagem deturpada dos acontecimentos, por esta se ter limitado, muito limitadinho, a ouvir todos os intervenientes directos na questão. Afirmam os comunistas que só a GNR estava armada, mas não referem sequer as balas de calibre militar que perfuraram as viaturas da Guarda, e socorem-se do testemunho dos polyclínicos de Montemor, como se os ditos cujos lá estivessem, fiscalizando

superiormente onde estavam as armas. Responsabilizam tudo e todos, os que neste país apoiam o cumprimento da Lei Barreto, de lançarem a violência nos campos do Alentejo, fazendo assim, com semelhantes atoardas, desviar a atenção sobre as responsabilidades totais em tudo quanto de mau tem acontecido no Alentejo, por parte da horda comunista. Exigem muita coisa, exigem a retirada da GNR, e exigem que se punam de forma exemplar os responsáveis pelos assassinatos. Esta, a única coisa certa e justa que vem em todo o arrazoado. Se se punisse realmente de forma exemplar os assassinos, talvez ficasse menor o número dos comunistas em Portugal. Pela boca morre o peixe. As próprias mãos se justiciam os comunistas.

MUITO MAUZINHOS A FAZER CONTAS..

A rapaziada muito esquerdistas dum semanário cá da região, deu-se por um destes dias a fazer contas de cabeça, acerca dos resultados dos próximos actos eleitorais. De caras, para a dita rapaziada, a direita no Algarve, não tem a mínima chance. Nem vale a pena concorrer... Nem juntos!

Tudo isto, porque, basofílom os camaradas, de acordo com os números de 1976, a direita tem vindo a perder sucessivamente, de acto eleitoral para acto eleitoral, cada vez mais votos. A esquerda, essa sim! É claramente maioria: 60%. E, pelos vistos, pelas contas que os rapazes fazem, vai continuar a ser assim ad eternum. Logo, para começar, o PPM não existe no Algarve! Que o tempo dos Reinos já repousa há muito no túmulo da História. Depois, para rematar, CDS e PSD são minoria de direita, e mais inadecidência! Pior! Estão em decadência!

E, pressurosos, os progressistas matemáticos deitam a fazer contas: em 1976, para as autarquias locais, o CDS e o PSD, em conjunto, a maldita direita, perderam em relação às eleições para a Assembleia da República, no mesmo ano, 9.659 votos. E ficaram-se por aqui nas suas contas. Esqueceram-se foi de explicar aos seus leitores, que nas mesmas circunstâncias, a esquerda toda junta, desde o PS aos GDUPS, passando pelos comunistas da FEPU, perderam a módica quantia de 25.046 votos, o que, é claro, é uma ínfima quantidade, comparada com a decadência dos 9.659 votos a menos da direita. Muito mauzinhos nas contas, estes rapazes, muito mauzinhos. Só somam o que lhes convém, e esquecem-se de fazer a prova dos nove. Em Dezembro, a gente tira, não é preciso mais conversa.

S. A.

«Voz de Loulé» promove inquérito às Câmaras do Algarve

(Continua na pág. 8)

fase — 13 blocos: 80 fogos (a iniciar em 1980).

Associação da Fuzeta:

Na Freguesia da Fuzeta — 205 fogos (a iniciar em 1979).

Construções no âmbito de: — Decreto-Lei n.º 658/74, de 28-11:

3 blocos — Bairro da Cavaliinha — Olhão — 33 fogos (todos habitados).

Decreto-Lei n.º 817/76, de 11-11:

«Horta do Pádua», em Olhão — 90 fogos (já iniciados).

2) — Quantos já estão habitados?

Câmara de Alcoutim — Nenhum.

Câmara de S. Brás de Alportel — Os quesitos 2, 3, 4 e 5 encontram-se prejudicados em face do afirmado no número anterior.

Câmara de Castro Marim — Prejudicado.

Câmara de Vila Real de Santo António — Encontram-se em execução 92 fogos por promoção directa e 151 por obras com participadas.

Câmara de Vila do Bispo — Estão todos habitados (24 fogos).

Câmara de Tavira — Prejudicado.

Câmara de Lagoa — Não há qualquer fogo habitado.

Câmara de Olhão — Prejudicado.

3) — Quantos em projecto?

Câmara de Alcoutim — Nenhum.

Câmara de S. Brás de Alportel — Prejudicado.

Câmara de Castro Marim — 45 fogos, promoção do FFH e um programa SAAL de 80 fogos.

Câmara de Vila Real de Santo António — Não respondeu.

Câmara de Vila do Bispo — Não respondeu.

Câmara de Tavira — 60 fogos.

Câmara de Lagoa — Nada existe em projecto.

Câmara de Olhão — Empreendimentos prejudicados por falta de dotações:

— Construção de 48 fogos no Bairro da Cavaliinha, em Olhão (obra posta a concurso e em fase de adjudicação).

— Construção de 176 fogos no Bairro 8 de Outubro, em Olhão

(obra posta a concurso e em fase de adjudicação).

Quanto a estes dois casos, tem havido contactos quase permanentes com os responsáveis dos departamentos do FFH, intervenientes na resolução, no sentido de serem dotados com as verbas necessárias à sua efectivação.

4) — Quantos em execução?

Câmara de Alcoutim — 17 fogos (Obras Comparticipadas) e 29 Fogos (promoção directa), o primeiro em Alcoutim e o segundo em Martim Longo.

Câmara de S. Brás de Alportel — Prejudicado.

Câmara de Castro Marim — Nenhum.

Câmara de Vila Real de Santo António — 92 fogos por promoção directa e 151 por obras com participadas.

Câmara de Vila do Bispo — Não respondeu.

Câmara de Tavira — Prejudicado.

Câmara de Lagoa — 156 fogos, sendo 124 da CHE LA-GOENSE e 32 da Câmara Municipal de Lagoa (Dec. 817).

Câmara de Olhão — Respondeu no 3).

5) — Quantas empreitadas dessas casas estão paradas e porquê?

Câmara de Alcoutim — Está parada a empreitada de 29 fogos de Martim Longo. Causas? Só o FFH saberá responder.

Câmara de S. Brás de Alportel — Não respondeu.

Câmara de Castro Marim — Nenhuma.

Câmara de Vila Real de Santo António — Não respondeu.

Câmara de Vila do Bispo — Não respondeu.

Câmara de Tavira — Não respondeu.

Câmara de Lagoa — Não respondeu.

Câmara de Olhão — Não respondeu.

6) — Há perspectivas de desaparecerem os bairros de lata ou estes estão aumentando?

Câmara de Alcoutim — Não há bairros de lata em Alcoutim.

Câmara de S. Brás de Alportel — Apesar das carencias habitacionais verificadas neste concelho, nunca tivemos nem bairros de lata, apenas há uma parte considerável da população que vive em casas degradadas e sem o mínimo de condições de habitabilidade.

Câmara de Castro Marim — Não existem bairros de lata.

NOTÍCIAS DE ALTE

Desde o princípio do presente ano de 1979 o Grupo Folclórico da Casa do Povo de Alte

tem estado em constante actividade. Além de todas as semanas ter sido convidado para actuar em alguns Hotéis do Algarve para animação de turistas estrangeiros, tem também participado em várias festividades na nossa província e no Alentejo, e nos Festivais Internacionais de Gouveia, Fundão, Silvares e Vouzela. Também em Junho se deslocou a França, à cidade de Ecully — Lyon, como já foi noticiado, tendo ali deixado as melhores impressões e bem vincados os nomes de Alte, Loulé, Portugal.

XXX

Em actividade continua também a Junta de Freguesia de Alte com melhoramentos nas estradas da freguesia, em alargamentos e terraplanagens nas da região serrana e alcatroamento das estradas para a Torre, Fonte Santa, Perna Seca, Monte do Brito e está a preparar-se também para levar revestimento betuminoso uma parte da estrada para os sítios dos Soidos, Sarnadas e outros lugares.

C.

DEFINIÇÃO

Só quem não querer é que não possuir uma propriedade horizontal; qualquer loja de mobiliário vende uma cama a prestações.



JÚLIA MARIA MENDES STEEVENS

AGRADECIMENTO

Sua família, desejando evitar qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas e ilegibilidade de assinaturas de todas as pessoas que, de qualquer forma, compartilharam da sua dor, vêm tornar público o seu mais profundo reconhecimento a quantos se interessaram pelo estado de saúde da saudosa extinta durante a doença que a vitimou e bem assim a todos aqueles que a acompanharam à sua última morada.

(Agência Cavaco)

Câmara de Vila Real de Santo António — Há perspectivas de desaparecerem os bairros de lata.

Câmara de Vila do Bispo — Não respondeu.

Câmara de Tavira — Não respondeu.

Câmara de Lagoa — Em Lagoa não existem bairros de lata nem se prevê o seu aparecimento.

Câmara de Olhão — Não se pode dizer que tem havido aumento dos chamados «bairros de lata», mas afirma-se que não se vislumbra o seu desaparecimento a breve prazo.

7) — Há casos comprovados de burla em casas do SAAL, ou está tudo sanado?

Câmara de Alcoutim — Não há programa SAAL no Concelho de Alcoutim.

Câmara de S. Brás de Alportel — Nunca houve qualquer programa habitacional SAAL neste concelho.

Câmara de Castro Marim — O Programa SAAL está em iniciado.

Câmara de Vila Real de Santo António — Não há casos comprovados de burla nas casas SAAL.

Câmara de Vila do Bispo — Desconhecem-se casos de burla.

Câmara de Tavira — Não respondeu.

Câmara de Lagoa — Não é do conhecimento da Câmara de Lagoa qualquer caso de burla com casas do SAAL.

Câmara de Olhão — Não temos casos de burla com as casas do SAAL neste concelho.

Como se vê, caro leitor, das 16 Câmaras do Algarve, responderam, até agora, metade. As respostas afi estão, lacónicas, umas desenvolvidas, outras. Realce para a atenção que merecemos à Câmara de Olhão, que se esmerou na explicação, o que agradecemos.

Praticamente feitos, apenas 160 fogos, o que é manifestamente pouco, para sete dos concelhos. Em Olhão, nada menos de 338 fogos concluídos. Sobre a habitação dos fogos construídos, os projectos existentes, os números são confrangedores. Sobre empreitadas paradas, apenas Alcoutim respondeu, endossando a pergunta ao FFH. Bairros de lata, é coisa que existe num lado, não existe o outro. Desaparecerão aqui, aumentarão ali. Sobre as burlas no SAAL, tudo está descansado.

Deputados eleitos pelo PSD na hora de prestar contas

(Continuação da pág. 1)

ressos do Algarve. Na altura em que a Assembleia da República foi dissolvida, chegou a ocasião de prestar contas ao eleitorado, para que este considere ou não, se os seus votos foram bem empregues. Foi precisamente esse prestar de contas que José Vitorino e Cristóvão Norte fizeram, em reunião com os órgãos da Comunicação Social, e expresso num documento, que hoje começamos a publicar, e onde se dá conta de toda a actividade desenvolvida por aqueles deputados do PSD.

1. NOTA PRÉVIA

Dissolvida a Assembleia da República e aproximando-se a campanha eleitoral para as eleições legislativas e autárquicas é oportuno apresentar de uma forma ordenada e sintetizada o que foi a actividade dos Deputados Sociais Democratas JOSE VITORINO e CRISTÓVÃO NORTE eleitos em 1976. A preocupação é só uma: *prestar contas do que se fez para que cada eleitor que em nós votou possa ajuizar até que ponto respondemos pela confiança em nós depositada e, ao mesmo tempo, esclarecer a opinião pública em geral.*

E é de salientar desde já que os Deputados do PSD *trabalham em defesa de toda a população algarvia sem quaisquer discriminações*, tendo como únicas condicionantes a justeza dos problemas expostos e a perspectiva social-democrática e reformista, no sentido de procurar transformar a Sociedade com liberdade, moderação e firmeza com base na participação dos vários agrupamentos sociais.

No conjunto, os Deputados do PSD pelo Algarve expuseram, tomaram e participaram em tomadas de posição na Assembleia da República em número superior a 80; repartidas por declarações políticas, projectos de lei, intervenções, declarações de voto e requerimentos. Quanto ao seu conteúdo, elas abrangem problemas de interesse regional e aspectos de âmbito local.

Foi uma larga gama de «reivindicações» aquelas que ao longo de três anos se foram fazendo e quanto a resultados práticos salientamos dois que se consideram de longe os mais relevantes:

a) Ter-se conseguido que o Algarve se tivesse tornado fálico e permanentemente discutido e lembrado na Assembleia da República;

b) Ter-se conseguido, finalmente, para o Algarve a UNIVERSIDADE bem como o prévio desenvolvimento do ensino superior em geral.

Mas, na generalidade, o que é importante salientar é que a acção sempre esteve orientada com vista o melhorar o bem estar das localidades e pessoas mais desfavorecidas e desprotegidas.

A actividade dos Deputados do PSD pelo Algarve também se desenvolveu a outros níveis, nomeadamente através de entrevistas, depoimentos, contactos com os Governos e, muito especialmente, permanentes contactos com a população algarvia,

individualmente ou em grupo, e, numa iniciativa inédita em Portugal, aquilo a que já alguém chamou de «consultas eleitorais». O que fizemos está feito. Não se pode agora acrescentar ou diminuir e cada um e todos ajudarão por si. É certo que mais se poderia ter feito, que mais questões podiam ter sido levantadas mas ainda assim quer em termos absolutos quer relativamente aos outros partidos temos consciência do dever cumprido.

Segue-se um resumo da acção desenvolvida, distribuída pelos seguintes agrupamentos: *educação e cultura; agricultura, pesca e conservas; turismo; saúde; comunicação social e assuntos diversos.*

2. ENSINO E CULTURA

Como é sabido grande parte da atenção e actividade parlamentar dos Deputados do PSD esteve virada desde 1976, para o Ensino Superior no Algarve em geral, e Universitário em particular.

Hoje são, legalmente, realizadas e, na prática, factos ascendentes a Universidade e o Ensino Politécnico, que irão propiciar à juventude de hoje, homens de amanhã, a possibilidade de formação e valorização sem discriminação entre pobres e ricos.

Merceceu insistência do PSD o abandono a que os Centros de Apoio ao Ensino Universitário têm sido sujeitos.

Requerida ainda a criação de uma Escola Técnica Agrícola no Algarve e pedido apoio para o Conservatório Regional.

Salientadas as dificuldades da juventude do interior e serra em geral, proveniente das classes mais desfavorecidas.

Muitas incompreensões e resistências de várias forças, entre as quais o PS, tiveram que ser vencidas antes de finalmente dizerem «SIM», chegando mesmo a dizerem «NÃO», mas o facto é que o caminho está aberto e o Algarve e o País muito poderão beneficiar com o que já se conquistou, assim o Governo e a Comissão Instaladora teriam efectiva vontade política de avançar, e não caiam no «amolecimento», casual ou premeditado.

POSIÇÕES TOMADAS:

2.1. — Requerimento relativo à necessidade de criação da Universidade do Algarve, e quais os planos do Ministério da Educação nesse sentido;

2.2. — Intervenção sobre a urgência, necessidade e justiça da criação da Universidade do Algarve.

2.3. — Intervenção referindo a necessidade de criação de uma Escola Técnica Agrícola do Algarve;

2.4. — Projecto de Lei propõe a criação da Universidade do Algarve;

2.5. — Intervenção sobre as fortes razões da urgência de criar a Universidade do Algarve;

2.6. — Requerimento solicitando ao Governo informações sobre a forma como encarava a situação dos mais de 400 alunos inscritos nos Centros de Apoio ao Ensino Universitário, e frequentando os cursos de Romanicas, História, Germânicas, Direito, Sociologia e Gestão de Empresas e quais as formas concretas de apoio, já que o Governo sempre ignorou as carências, quanto aos aspectos financeiros, de instalações, biblioteca, professores, etc., que muito prejudicam os trabalhadores-estudantes;

2.7. — Intervenção de fundo sobre a Universidade do Algarve, com análise histórica, geográfica, económica, social e cultural da região como motivos largamente justificativos da pretensão e «desmontagem» dos argumentos contra, que muitos punham para fundamentar a sua posição contrária;

2.8. — Declaração de voto, quando da votação do Projecto de Lei do PSD que criava a Universidade do Algarve denunciando os atrasos provocados e as posições contrárias, na Comissão de Educação, essencialmente por parte do PS, que provocaram incertezas desmesuradas e injustificáveis;

2.9. — Requerimento sobre os Centros de Apoio ao Ensino Universitário no Algarve, salientando-se a continuada falta de resposta aos protestos do PSD sobre as condições de sacrifício financeiro e humano com que os mais de 600 trabalhadores-estudantes se têm deparado, a tal ponto que o Secretário de Estado do I Governo Constitucional (da responsabilidade do Partido Socialista), em resposta a uma exposição dos alunos exarou um despacho em que referia expressamente que «tais acções eram da exclusiva responsabilidade dos seus promotores» o que nem sequer merece comentário como é bem de ver dado o ridículo;

2.10. — Requerimento sobre o Conservatório Regional, apontando para a sua grande importância e interesse no domínio da cultura, em especial musical, que tendo mais de 1 000 alunos inscritos não pode manter e ampliar a sua acção sem o indispensável apoio estatal;

2.11. — Declaração Política a propósito da nomeação da Comissão Instaladora da Universidade do Algarve, que culminou num longo processo iniciado pelo PSD com a apresentação do Projecto de Lei que visava a criação da Universidade cerca 2 anos atrás.

Congratulamo-nos com o facto em nome de todos os Algarvios e dissemos ser de esperar o seguinte da Comissão Instaladora:

a) A melhor colaboração de todos os algarvios, não havendo lugar para disputas políticas;

b) Os seus membros cumpram com dinamismo, empenho e competência a sua função na seqüência da sua reconhecida capacidade;

c) Avançar conscientemente mais rapidamente;

d) Adaptar o «perfil» da Universidade às necessidades agrícolas, turísticas e pesqueiras da região;

Apontando ainda, numa perspectiva geral do Ensino Superior no Algarve, a necessidade de uma adequada ligação entre Universidade, Ensino Superior Politécnico e Centros de Apoio, quer no que respeita a cursos quer quanto a apoios diversos entre eles.

(Continua no próx. n.º)

QUADRA POPULAR

Fiz do meu estro uma vara
Para medir a verdade
E dar com ela na cara
Do cinismo e da vaideade

António Aleixo

ESCÂNDALO NO FORNECIMENTO DE SEMENTES À AGRICULTURA

A Direcção Geral do Fomento Florestal recusa o fornecimento de sementes para pastagens aos agricultores dos Distritos de Évora, Beja e Portalegre, enquanto está a fornecer semente para todas as outras regiões do País, incluindo Setúbal e Alcácer do Sal. A situação é muito grave porque, a manter-se esta recusa, os agricultores daqueles Distritos serão obrigados a venderem o seu gado, por não o puderem alimentar, perdendo, também, o investimento feito na preparação de cerca de 5 000 hectares de terra e na compra de adubo.

Estamos habituados a assistir à agressão da agricultura privada pelo Governo, e pela sua cintura vermelha, as Direcções-Gerais, cujos funcionários permanecem em funções, mudem, embora, os governantes. Um dos casos recentes foi a barreira levantada à concretização do acordo internacional que foi o empréstimo concedido pelos Estados Unidos da América à Agricultura privada.

No entanto, formas de agressão como a actual, ultrapassam a nossa imaginação.

Como em anos anteriores, os agricultores destes Distritos tinham feito, há largos meses, as suas inscrições para compra de semente de trevo subterrâneo na Direcção Geral do Fomento Florestal, inscrição essa que foi aceite. Na sequência, preparam a terra, compraram adubo e até aumentaram o seu gado, contando com a pastagem que iriam conseguir com a implantação dos prados.

Nas vésperas de fazerem as sementes, receberam uma carta do Fomento Florestal informando-os de que o apoio técnico e o fornecimento de semente passaria a ser feito pelo Projecto de Crédito Agrícola para o Alentejo (P. C. A.). Este Organismo, que estuda, no Alentejo, a concessão do crédito do Banco Mundial, informou-os, no entanto, que nunca teve semente, nem pensa vir a ter, pois seria entrar numa actividade fora do âmbito do seu trabalho.

Por outro lado, a EPAC, Empresa Pública de Abastecimento de Cereais, já esgotou o seu stock, assim como as Casas Comerciais existentes. Ficam, portanto, os agricultores destes três Distritos sem possibilidade de semearem.

Este problema levantou-se a partir dum reunião, em Junho passado, entre o Fomento Florestal e a Direcção Regional do Alentejo (esta, com sede em Évora), na qual foi unilateralmente acordado que o estabelecimento de prados ficaria a pertencer ao Projecto de Crédito Agrícola para o Alentejo. Só posteriormente, este Organismo, assim como a EPAC, tiveram conhecimento deste acordo, mas é evidente que já não haveria tempo para a importação de semente.

Segundo temos conhecimento, a EPAC tentou ainda a importação, mas uma greve de estivadores na Austrália atrasou a partida dum navio que não se prevê chegar ao nosso País em tempo útil.

Colocados perante esta difícil situação, os agricultores, alguns dos quais com inscrição para compra de semente desde o ano passado, têm pressionado o Fomento Florestal, o qual recusa a entrega de semente alegando que só chega para o resto do País.

Ora, em Junho passado, esta Direcção Geral tinha em seu poder as requisições dos agricultores, e sabia que o P. C. A. não dispunha de semente. Podemos, portanto, dizer que usou de má fé e marginalizou a agricultura privada destes três Distritos, o que é contra a Constituição Portuguesa (diremos agricultura privada porque as Unidades Colectivas não fazem agricultura intensiva e dispõem de pouco gado, donde utilizarem pouco os prados semeados).

Além disso, as informações de que dispomos indicam que o Fomento Florestal não diz a verdade, e que dispõe de semente para os 5 000 hectares em causa.

Na realidade, não é por acaso que este problema se levanta para os 3 principais Distritos da Reforma Agrária, onde a agricultura privada pode se agrیدida, sem impunidade, pelos colectivistas. O País deu-lhes carta branca para o efeito. O Alentejo é um «ghetto» para os agricultores que tiveram a desdida de nascerm e trabalharem, «ghetto» que há-de pesar na consciência de cada português.

Vacas de Carvalho

AUTOMÓVEL

Por motivo de falecimento do seu proprietário, vende-se um automóvel Peugeot em estado novo.

Nesta redacção se informa.

(1-1)

Largo Gago Coutinho, 22 — Telefone 62503 — LOULÉ

ESTAMOS ABERTOS AO SÁBADO À TARDE

PASTELARIA FINA

(Fabrico Próprio)

DOCE DE FIGO e AMÊNDOA DO ALGARVE

Recomendamos o serviço de Grill

Pequenos almoços e lanches

AMAZONA

ESTAMOS ABERTOS AO SÁBADO À TARDE

SE O RIDÍCULO MATASSE...

(Continuação da pág. 1)

quer deles, dignos das exuberâncias e extravagâncias que não tiveram pejo de caracterizar as suas actuações de primeiros-ministros. Não, porque depois de todo o surrealismo político que nos tem destacado em todo o Mundo, seja difícil voltar a atingir o máximo, bater o record do anedótico, rogar as raias da alta inconveniência. Não! Para tudo, já estamos mais do que calejados e curados. Podem vir furacões. Pode o céu descascar-nos com tempestades de pedra. Podem revolver-se o mar e a terra, que o nosso espanto não será maior, que a nossa reação será mais ou menos forte por isso.

Mas, a verdade, é que Madame Pintassilgo trouxe algo de novo, e algo de mais, que a distinguem dos seus antecessores. Para começar, Madame Pintassilgo, é uma gulosa. A senhora é uma louca pela auto-publicidade, pelo culto de si mesma, não se abstendo em nada, de afirmar em toda a parte e ocasião, as suas qualidades, as suas capacidades, a sua vontade incomensurável de ser alguém de peso na vida nacional, de ter tamanho na medição dos estadistas, de possuir a largura de encontros sociais tão necessários aos políticos. E, Madame Pintassilgo abunda em peso, tamanho e altura. Todo o político é vaidoso, como toda a gente facilmente reconhece, mas Pintassilgo ultrapassa largamente as medidas.

Nunca, em Portugal, desde o tempo do fascismo, passando pelo PREC, e acabando nos governos constitucionais, se fez tão descarada promoção de um primeiro-ministro, através de toda a artilharia da comunicação estatizada, jornais, RTP e RDP, como agora com o primeiro-ministro a dias que temos.

■ tão abjecto a subjuice com que os ditos órgãos bajulam e transformam as minharias da vida de uma governante, em factos de importância nacional e transcendente, que qualquer pessoa se pode claramente aperceber não estar o objectivo deste governo de cem dias, na mera gestão dos negócios correntes

de Estado até às novas eleições. Fundamentalmente, o V Governo, serviu para projectar uma nova figura carismática na vida política nacional. Eis assim, Pintassilgo, desfazendo-se em afirmações e actuações de populismo fácil, procurando dar uma imagem artificial ao eleitorado português, aproveitando-se oportunisticamente de factores religiosos, e das carências sociais e económicas de grandes estratos da população, apenas com evidentes intuições de propaganda pessoal.

Só assim se comprehende o sado-masoquismo da senhora Pintassilgo, em ir perguntar a pessoas que não têm casa, se gostavam de ter uma casinha e fazendo promessas de construção que ela sabe, não poderá, nem irá realizar. Só assim se comprehende — compreender-se-á? — que ela chame as criancinhas do interior desfavorecido, para comer um lanchezinho nos jardins de S. Bento, com a senhora Pintassilgo a chilrejar perguntas de algibeira, preparadas, para as câmaras pressurosas da RTP transmitirem ao País. Só assim se poderá compreender que se levasse mais de quinze dias a propagandear a grande visita de Pintassilgo à ONU, a grande audiência de Pintassilgo com o Papa, e, na altura da partida, perante os acontecimentos de Montemor, a senhora Pintassilgo simulasse ficar tão alarmada, que adiou por um dia a sua partida, como se estivesse em curso uma insurreição geral, para convocar um conselho de ministros, de onde saiu, timidamente, uma chocha determinação de proceder a um inquérito às ocorrências. Tudo isto, soa a balofa, a oco, e sabe a nada. Cheira a mistificação e encenação, e só serve para dar projecção a quem não a tem, e tem que criá-la por si mesma. Tudo isto não vale nada para o nosso destino, o nosso futuro, as nossas aspirações e as nossas necessidades. Tudo isto é ridículo, como ridícula foi a grande comunicação de Pintassilgo na ONU, onde a Madame foi recitar poemas de António Gedeão, perante os bocejos da assembleia, bem como ainda foi mais ridícula a

«grande audiência» concedida pelo Papa à Madame, que se prolongou pela eternidade de dois minutos, num mero encontro protocolar de dizer bom-dia a uma série de estadistas que se encontraram de raspão com o Sumo Pontífice. Todavia, para quem ouvisse o abnegado enviado especial da RTP, tudo foi à grande e à francesa, Pintassilgo cantou maravilhosamente no poteiro, todos se inclinaram à passagem da sua robusta inteligência e da sua pesada figura, como ela aliás não teve pejo de se gabar. Enfim, no meio de toda esta encenação, perdeu-se o senso e a noção do ridículo, e, se o ridículo matasse, a esta hora decerto estariam com trinta dias de luto nacional, em memória dessa grande figura de estadista, que voaria pela História com o nome de Pintassilgo. Enfim, como dizia alguém, tudo isto existe, tudo isto é triste, tudo isto é... uma desgraça!

José Manuel Mendes

Ainda o caso de Montemor-o-Novo

(Continuação da pág. 1)
tário, estavam armados de paus. Só depois acrescentam que eles também tinham armas caçadeiras e que foram eles que dispararam.

Esqueceram-se de mencionar as provocações dos agitadores à reduzida força da GNR que estava no local, cerca de 25 homens, e que foi alvejada com pedradas e com tiros, só reagindo quando viram que tinham a própria vida em perigo.

Há inúmeras provas das agressões sofridas pelos elementos da GNR — balas encrustadas nos «jeeps», oito guardas feridos com pedradas, etc. Pois os comunistas ignoram tudo isso e chegam ao desplante de afirmar que nenhum elemento da GNR foi receber tratamento no hospital, quando sabem que tal não aconteceu unicamente porque têm serviços clínicos próprios.

● AS HUMILHAÇÕES DA GNR

Acontecimentos destes só se têm dado no Alentejo, que continua a ser feudo do PCP. Já durante a campanha eleitoral para a Presidência da República só foi nesta região que se registraram incidentes deste tipo, concretamente os alvejamentos a tiros em Évora e Portalegre, de que foi vítima Ramalho Eanes.

Observadores políticos interpretam aliás a audiência concedida pela Primeiro-Ministro Maria de Lurdes Pintassilgo ao secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, precisamente como um reconhecimento do domínio comunista no Alentejo. Comentam que tal audiência não deveria ter sido concedida naquela altura, muito embora reconheçam que a chefe do Governo, à partida para Nova Iorque, após estar de posse do que se passou em Montemor, não se tenha coibido de criticar, ainda que indirectamente, a actuação daquele partido nos acontecimentos.

Com efeito, comentando os incidentes do Alentejo, Maria de Lurdes Pintassilgo reconheceu ser «demasiado evidente a tentativa de perturbação da paz social» que lhe está subjacente, realçando, a propósito, que «Portugal é capaz de se unir» e que «os portugueses não se devem intimidar».

Por outro lado, os portugueses aguardam ainda que um órgão de soberania venha explicar-lhes o que se passou, pois tirando o comunicado da reunião extraordinária do Conselho de Ministros, em que se anunciou a criação de uma comissão para proceder a um rigoroso inquérito, nada mais foi dito — nem pelo Presidente da República, nem pelo ministro da Administração Interna, nem pelo ministro da Agricultura e Pescas.

O silêncio do ministro da Administração Interna, Costa Brás, de quem depende a GNR, é mesmo classificado como significativo por aquela corporação, que se vê atacada, enxovalhada e humilhada sem razão, e não encontra nenhuma entidade que a defenda.

A GNR tem assegurado centenas e centenas de entregas de reservas, sem que tenha ocorrido o mais pequeno incidente. Tem suportado situações quase humilhantes, para que não degenerem actos de violência muitas intervenções em que tem participado. Luta com falta de material adequado para este género de operações, com balas de borracha e carros de água — material que existe em Portugal e que não lhes está, inexplicavelmente distribuído. Dispõe apenas de «G-3», arma terrivelmente mortífera e quase incontrolável. E não há ninguém responsável que venha a público explicar estes factos e lembrar que a GNR defende o cumprimento da lei — só e apenas.

De «O Tempo»

TÁBUAS

Vendem-se tábuas de enfardar, com 95×65 cms.
Nesta redacção se informa.

VENDE-SE

Terreno situado na Avenida da Liberdade, em S. Brás de Alportel, com 16.000 m².

Tratar na Rua Paiva de Andrade, 52-1.º H — Tel. 23337
— Torres Vedras.

(10-4)

LUIZ PONTES

ADVOGADO

Rua D. Paio Peres Correia,
n.º 31 — Tel. 62406

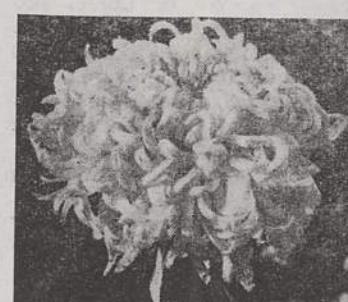
LOULÉ

A.I.A. — Agência Imobiliária do Algarve, Lda.

ALUGUER, VENDA E ADMINISTRAÇÃO
COMPRA — VENDE — ALUGA:

APARTAMENTOS, MORADIAS, TERRENOS
BILHETES DAS EMPRESAS:
MUNDIAL TURISMO E RODOVIÁRIA NACIONAL

Telef. 65763 — Rua Diogo Cão, 12 (junto ao Turismo)
QUARTEIRA — ALGARVE



CRISÂNTEMOS

E outras flores, vendem-se na Horta Faísca (junto ao Cemitério) — Loulé.

(3-2)

TRESPASSA-SE

Mercearia, na Rua do Pinheiro, n.º 64, 66, 68 em Quarteira.

Trata o próprio: Tel. 65240.

(4-2)

ANGELO SINTRA DELGADO

Médico Especialista
Cirurgia e Ortopedia Infantil
Consultas: últim. sábados do mês,
a partir das 10 h.

Consultório: Largo Gago Coutinho, 4 — Tel. 62739

L O U L É

(5-4)

APARTAMENTOS E TERRENOS

ALUGAM-SE E VENDEM-SE APARTAMENTOS
E TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO E AGRICULTURA.
TRATAR COM CONCEIÇÃO FARAJOTA, RUA
D. AFONSO III - R/C, Fte. — QUARTEIRA OU PELO
TELEF. 65852 (das 20-22 h.).

(6-5)

QUARTEIRATUR

AGÊNCIA IMOBILIÁRIA E TURÍSTICA

ALUGUER, VENDA E ADMINISTRAÇÃO DE
APARTAMENTOS — MORADIAS — TERRENOS

Av. Infante de Sagres, 23

Telef. 65488

QUARTEIRA — ALGARVE

(26-13)

FARO - De arestas quebradas

Apenas a multidão envernizada, esgalgada pelo calão e pelas formas dos usos modernos, ali no centro luxuriante da Rua de St.º António... o mosaico urbano que referencia a história desta cidade.

Não me apetece descrever Faro como o martelo que morde a pedra; sou um algarvio que rebento no centro dos empecilhos por ver a minha cidade internada em paragens dramáticas, o transeunte que a suja, a autoridade que adoça a sua expressão.

Poderia ser uma linda cidade e o turista deixar-se-ia empolgar pelo deslumbramento da paisagem. Coisa espantosa de se ver é a aglomeração de lixo que banha as águas da doca, onde a passarada do jardim já nem pára ali nas palmeiras do Manuel Bilhar... ainda se vislumbra um ou outro pardal, pintassilgo (!) é pássaro que não se vê. Alarga-se o mau cheiro até às janelas dos principais hotéis, o Eva e o Faro, que faz tombar o turista por mais constipado que esteja.

EFFECTIVAR O ACORDO DE PESCAS COM MARROCOS

Assinalado em Março de 1976, entre os governos português e marroquino, um acordo de pesca entre os dois Estados, nunca passou da letra morta. Inclusivamente, a comissão mista criada no âmbito desse acordo, com vistas a discutir as bases em que se efectivaria a negociação, não chegou nunca a reunir, uma só vez que fosse.

Todos sabemos como o Algarve, e muito particularmente, os pescadores algarvios beneficiariam deste acordo. A classe pesqueira, tem-se arriscado a tudo, a vida, os barcos, o pescado. Multas e prisão, não poucas

CONCURSO SOBRE CHAMINÉS ALGARVIAS

Na fase de votação

Terminou a 30 de Setembro, o prazo de envio de trabalhos concorrentes ao Concurso Fotográfico Sobre Chaminé Algarvias, promovido pela «Voz de Loulé». Podemos hoje, congratular-nos com a iniciativa que em tão boa hora promovemos, pois a participação foi demonstrativa de que se trata de um certame que deverá ter continuidade em edições futuras, bem como deverá ser melhorado, ampliado a outras áreas, melhor publicitado, melhor regulamentado, em suma, ultrapassando os passos tímidos disto que foi uma experiência.

Foram enviados para Concurso, 113 trabalhos, vindos dos pontos mais diversos de Portugal. Para tal contribuiu a referência que foi feita em alguns diários. Uns bons, outros menos bons, a verdade é que a presença dos participantes neste Concurso, deu-nos o estímulo necessário para irmos mais além. Durante todo este mês de Outubro, os trabalhos serão apreciados pelos elementos de um Júri, sendo os três premiados, publicados nas nossas páginas, no mês de Novembro. Para já, e a todos os que acolheram da melhor maneira esta nossa iniciativa, vai o nosso reconhecido obrigado. Por terem vindo! E, para o ano, há mais!

Quando aqui cheguei, comoveram-me os barcos que pareciam bradar de tristeza pelas autoridades competentes no sentido de uma limpeza total à doca. Receei enviar um postal ilustrado a uma amiga porque me pareceu que a ilustração não correspondia à esbandalhada cidade de Faro. Perfeitamente nítida a sua imensa sujidade, nos olhos o favor de algumas ruas e em muitos cantos as linguas nervosas e as sonolentas figuras. Mas esse desfilar de amarguras sociais é cortejo em toda a parte, o miúdo caído, o velhote trémulo e ranhoso e os débeis de enfiada.

De quando em quando lê-se que a Revolução deu um salto: um lar para a terceira idade, uma escola, uma creche!

Uma cidade esfarapada no desespero das multidões transforma-se num acampamento de gente, onde a falta de higiene provoca urros de cólera, onde a mosquitagem constitui a sua classe social e a manada enlouquecida organiza o seu sindicato. Olhem que até na Rua de

vezes, têm premiado o esforço abnegado dos pescadores algarvios. Entretanto, no desfilar dos governos, nem um só passo foi dado no sentido de defender os interesses da pesca portuguesa, nomeadamente, através de uma estreita colaboração entre pescadores e armadores algarvios, e da criação de empresas mistas, luso-marroquinas.

Em Janeiro deste ano, uma delegação parlamentar portuguesa, constituída por sete deputados, visitando Marrocos, debateu com uma comissão parlamentar marroquina das pescas, o interesse da cooperação entre os dois países. Recentemente, o secretário de Estado das Pescas, engº Duarte Silva, em visita ao Algarve, diria que Portugal, correspondendo aos anseios de Marrocos, está interessado na constituição das referidas empresas mistas. Fica, ainda, a interrogatória dos pescadores e armadores algarvios: quando?

INSÓLITO ACONTECE

NO HOTEL D. FILIPA

Isto acontece no Hotel D. Filipa e tem causado desusada surpresa entre hóspedes ingleses que ali têm passado as suas férias.

Por muito estranho que possa parecer, a verdade é que vários clientes quase nem acreditam que os métodos de trabalho daquela unidade hoteleira de Vale Lobo sejam de tal forma honestos que lhes devolva o dinheiro no momento da partida e apesar de os extras não terem sido incluídos nos preços previamente combinados.

A surpresa é de tal ordem que ainda há dias se ouviu esta esclarecedora expressão: «Mas não haverá engano? Saber? É que tenho percorrido o Mundo e conheço largas dezenas de hotéis e nunca me aconteceu uma coisa destas: receber dinheiro ao deixar o Hotel!»

Um outro cliente exclamou eufórico: «Quando chegar a Inglaterra vou contar isto a todos os meus amigos».

Há muitas más mas estas

St.º António nãoachei lá muito asseio!

Entretanto, pouco se sabe da clareira da Universidade. Será que o vento levante a apagou? Extensas cicatrizes, chagas antigas, são poucos os prontos a investir quando no local costumam poifar a indiferença rebelde e a insensatez teimosa.

Quando cheguei olhei em volta para me certificar. Prédios altos servem de mamossíssimas pedras políticas ou incontidas súplicas angustiosas. Alguns metros quadrados que poderiam ser de grandeza ostentam lá no fundo a sua estendida formação de monturo (o que ressaltará o pintor na sua tela?!) Os vultos históricos sobre as pedras não são invocados, o D. Afonso dos Algarves mais parece um gesto de despeito, o bufar do MIA pela independência do Algarve d'aquém e d'álém mar. Que poetas da mais alta valla são recordados?

Tantos anos permanece uma cidade de tal maneira que as pernas se lhe gastam e quando um homem acorda vê-se horrendo entre velharias.

Faro fica ali encaixotada na Rua de St.º António... um cinema, uns cafés e umas lojas. Todas as outras ruas são confusas e em cada canto nascem ervas hipnotizadas pelo mistério do pensar nevoento.

Quando cheguei a Faro tapei o nariz assim que saí do combóio.

Luis Pereira

PROBLEMA DA HABITAÇÃO

«Voz de Loulé» promove inquérito às Câmaras do Algarve

questionário de sete perguntas:

1) — Quantos fogos já foram construídos em cada concelho pelo Fundo de Fomento da Habitação?

Câmara de Alcoutim — Em fase de acabamento 6 habitações pré-fabricadas do programa FFH/CAR.

Câmara de S. Brás de Alportel — O FFH comparticipou neste concelho um bairro social de 102 fogos que no momento se encontra em início de construção.

Câmara de Castro Marim — Nenhum.

Câmara de Vila Real de Santo António — Neste concelho ainda não foram concluídos os fogos a construir pelo FFH.

Câmara de Vila do Bispo — Foram construídos 24 fogos.

Câmara de Tavira — Neste concelho não houve promoção directa pelo FFH, estando contudo solicitada a inclusão em plano de 60 fogos para a Luz de Tavira, aguardando-se despacho sobre os anteprojetos apresentados.

Câmara de Lagoa — Pelo FFH foram já construídos 130 fogos, sendo 70 do SAAL da Meixilhoeira da Carregação e 60 de Estômbar.

CONSTRUÇÕES EFECTUADAS PELO F.F.H. NO CONCELHO DE OLHÃO

Edificações conhecidas pela designação de «casas das Caixas de Previdência», em Olhão:

1.ª fase — 11 blocos: 112 fogos; 2.ª fase — 17 blocos: 56 fogos. Todos habitados.

Edificações pré-fabricadas, no

Vereadores da Câmara de Loulé também condenam G.N.R. de Montemor

A exemplo do que vem acontecendo um pouco por todo o País, onde os comunistas têm voz activa porque... têm a felicidade de viver num país que quer ser democrático, também vereadores da Câmara de Loulé fizeram gala em demonstrar o seu repúdio pela energética acção da G.N.R. que teve de agir em legítima defesa perante a agressão de que foi alvo.

Os srs. Carrapato e Simões pensam exactamente o contrário e por isso apresentaram as moções na Sessão Ordinária em que evidenciam o seu anti-fascismo primário e enaltecem o «heroísmo» dos trabalhadores da Agrária.

Estas moções têm causado sensação e gozo em Loulé e há muita curiosidade na sua leitura integral... até porque, muito estranhamente, mereceram o voto favorável do sr. Presidente da Câmara.

Como prometermos, gostaríamos de revelar hoje o texto integral aos nossos leitores, mas a sua extensão e a hora tardia em que recebemos a cópia da acta da sessão de 28/9, não nos permite nem publicá-la agora nem nos podemos alongar em comentários de repúdio que merece.

Reservamo-nos para o próximo número.

Largo da Feira, em Olhão — (Processo F.F.H./C.A.R.):

1.ª fase — 6 edifícios: 34 fogos (todos habitados); 2.ª fase — 13 edifícios: 136 fogos.

(Em curso e em vias de conclusão — Dezembro de 1979).

Associação de Moradores — 11 de Março, em Olhão:

10 blocos: 40 fogos. Todos habitados.

18 de Maio, em Olhão:

1.ª fase — 10 blocos: 63 fogos.

(Já iniciados e em curso); 2.ª fase —

(Continua na pág. 4)

Agricultores reivindicam preço base para fogo caldeira

Deslocou-se há dias a Lisboa, uma delegação da Associação dos Agricultores de Loulé, que em representação da Confederação dos Agricultores de Portugal, defendeu a adopção pela Administração Geral do Álcool.

A delegação, que era composta pelos srs. José Viegas Bota, José António Firmino e Manuel Filipe Costa, debatou em conjunto com os técnicos da Direcção dos Produtos Alimentares, as normas pelas quais se deve pautar a actuação das instâncias governamentais, como factores estabilizadores do mercado, por forma a defender e salvaguardar os interesses dos agricultores.